

A ESCOLA E O SEU PROCESSO ORGANIZACIONAL: analisando uma escola pública do município de São Raimundo Nonato - Piauí

Riveira Damasceno Oliveira¹
Sabrina da Conceição Sousa²
Vanessa Nascimento dos Santos³
Givanildo da Silva⁴

RESUMO: O objetivo da pesquisa foi realizar um estudo sobre o processo organizacional da escola pública. O estudo foi desenvolvido em uma escola do município de São Raimundo Nonato, no estado do Piauí. A metodologia realizada na pesquisa esteve pautada na abordagem qualitativa. O método utilizado foi o estudo de caso. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários com perguntas abertas e teve como público alvo a diretora, o vice-diretor e duas professoras da escola. A partir dos dados coletados, ficou evidenciado que o processo de organização da escola pública necessita de recursos financeiros e de condições políticas para o seu gerenciamento. A organização escolar deve ser vivenciada por todos em um processo de planejamento coletivo, tendo primeiramente políticas da gestão municipal, com a finalidade de ofertar um ensino de boa qualidade na educação pública.

Palavras-chave: Escola Pública, Organização Escolar, Desafios.

INTRODUÇÃO

A educação é um campo complexo, em construção (SILVA, 2015) e requer efetivos investimentos financeiros, materiais e humanos para a concretização de um espaço no qual possibilite efetivas aprendizagens aos envolvidos. Na visão de Gadotti (2007), as conquistas para a educação pública resultaram de lutas e de intensos embates políticos da sociedade organizada junto aos diferentes governos. Nesse contexto, a educação tornou-se um mecanismo de correlações de forças, devido aos diferentes interesses no planejamento de uma concepção de sociedade.

A educação é um processo que exige interação social. Para que ocorra a interação é necessária a contribuição de todos os envolvidos (professor – funcionários – governo – família). A partir desse aspecto, compreende-se que a escola tem a função de socialização e preparação dos estudantes para a vida, pois capacita o indivíduo para estar na sociedade e superar os limites e as dificuldades que surgem no contexto social.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, damasceno1999oliveira@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, sousa6609@gmail.com;

³ Professora do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, vanessa.nsantos@univasf.edu.br;

⁴ Professor do Curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, givanildopedufal@gmail.com.

A discussão sobre o processo organizacional da escola e suas múltiplas complexidades torna-se necessária para a compreensão dos dilemas que a comunidade local e escolar vivencia para cumprir sua função social em meios às limitadas condições que os poderes públicos oferecem aos profissionais. A educação pública é um direito constitucional e está referendada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/1996, e no atual Plano Nacional de Educação, Lei 13.005 de 2014.

Desse modo, a educação é uma política pública social. Assim, se faz necessário que sejam dadas condições para que se cumpram as exigências postas para esse campo político. As políticas públicas, em sentido mais amplo, visam assegurar direitos, corrigir desigualdades e promover o bem comum na sociedade como um todo. Elas são responsabilidade do Estado, que, para tanto, deve desenvolver uma série de ações nas diversas áreas de interesses plurais da sociedade. Nesse sentido, as políticas públicas podem ser compreendidas como conjunto de iniciativas, ações, planos, programas, metas e estratégias traçadas pelo Estado visando o bem-estar da coletividade e o interesse público (LIMA; PACHECO, 2017).

O objetivo da pesquisa foi realizar um estudo sobre o processo organizacional da escola pública. O estudo foi desenvolvido em uma escola do município de São Raimundo Nonato, no estado do Piauí. O pressuposto que norteou o ponto de partida foi o de que a educação é um processo que exige interação social. Desse modo, para que ocorra o aprendizado é preciso uma parceria entre os profissionais da educação, a participação efetiva das famílias na vida escolar dos estudantes e políticas públicas na concretização dos direitos educacionais.

METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida na pesquisa esteve pautada na abordagem qualitativa. De acordo com Minayo (1994) esse tipo de abordagem possibilita o pesquisador interagir com o objeto de pesquisa de modo que conheça a realidade em questão. De um modo geral, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores.

O método utilizado foi o estudo de caso. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede pública municipal de São Raimundo Nonato. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários com perguntas abertas e teve como público alvo a diretora, o vice-diretor e duas professoras da escola. O questionário foi aplicado individualmente, com a presença de todos no mesmo espaço.

A educação e os seus processos organizacionais

A educação está presente em todas as esferas sociais e delas surgem os processos de organização das atividades educacionais. Para Brandão (2007 p. 7) “ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar”.

A educação é um processo que necessita de organização, pois ela é indispensável para a construção geral do ser humano. A visão de uma educação transformadora contribui para que os estudantes e todos os envolvidos no processo possam conhecer a sua realidade e dialogar sobre as possibilidades que surgem para construir novos caminhos, uma vez que as pessoas que sabem usar os conhecimentos mediados pela educação podem mudar o ambiente em que convivem.

De acordo com Dourado e Oliveira (209, p. 206), a educação necessita ser prioridade das agendas políticas para concretizar os avanços sociais e o desenvolvimento do país. Os pesquisadores destacam que:

Tais considerações ratificam a necessária priorização da educação como política pública, a ser efetivamente assegurada, o que implica: aumento dos recursos destinados à educação, regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados, otimização e maior articulação entre as políticas e os diversos programas de ações na área; efetivação da gestão democrática dos sistemas e das escolas, consolidação de programas de formação inicial e continuada, articulados com a melhoria dos planos de carreira dos profissionais da educação etc.

No campo da educação escolar há dispositivos normativos que contribuem para o processo de organização, destacando-se a LDB/1996 que apresenta os princípios que devem ser vivenciados nas instituições educativas: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; consideração com a diversidade étnico-racial; garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Esses princípios são oriundos de lutas históricas que foram travadas na arena educacional na perspectiva de alcançar a qualidade da educação defendida pelos movimentos

que lutam a favor da educação pública (DOURADO; OLIVEIRA, 2009). De um modo geral, a discussão sobre a qualidade da educação é complexa e envolve diversos fatores os quais sinalizam a concepção de mundo, de sociedade, de homem e de educação que permeia no contexto das políticas públicas educacionais. Na visão de Dourado e Oliveira (2009, p. 202):

Debater tais questões remete à apreensão de um conjunto de determinantes que interferem, nesse processo, no âmbito das relações sociais mais amplas, envolvendo questões macroestruturais, como concentração de renda, desigualdade social, educação como direito, entre outras. Envolve, igualmente, questões concernentes à análise de sistemas e unidades escolares, bem como ao processo de organização e gestão do trabalho escolar, o que implica em questões como condições de trabalho, processos de gestão da escola, dinâmica curricular, formação e profissionalização docente.

A legislação brasileira no campo educacional, destacando-se o atual Plano Nacional de Educação e a LDB/1996, apresenta a importância da definição de padrão mínimo de qualidade para o processo de organização da educação. Cada instituição de ensino deve ter condições estruturais, financeiras e profissionais da educação para atender os estudantes de modo que cumpra a principal função da escola pública que é contribuir para a aprendizagem dos envolvidos.

De acordo com Cury (2008), o objetivo geral da educação é desenvolver as múltiplas capacidades do indivíduo e assim assegurar a formação comum a qual é indispensável para o sujeito, como cidadão que vive na sociedade e desse modo fornecer meios de progressão no ambiente de trabalho e os estudos posteriores. Gadotti (2007) afirma que a escola pública é a escola da maioria, das periferias, dos cidadãos que só podem contar com ela. Nenhum país do mundo se desenvolveu sem uma boa escola pública. Nenhuma sociedade se desenvolveu sem incorporar a grande maioria dos seus cidadãos ao bem viver.

No âmbito da organização da escola pública, o Ministério da Educação desenvolve projetos e programas com a finalidade de contribuir com a educação básica, por meio do regime de colaboração. Esses recursos financeiros são oriundos do Salário-educação⁵, previsto na Constituição Federal de 1988. Diversas são as ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de melhorar a qualidade da educação. Ações que perpassam a aprendizagem do aluno, a valorização do profissional de educação, a infraestrutura física e pedagógica da escola e o apoio aos entes federados.

Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para

⁵ O Salário-Educação é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública, conforme previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal de 1988.

manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com conseqüente elevação do desempenho escolar. Também visa fortalecer a participação social e a autogestão escolar. Conforme Resolução nº 6, de 27 de fevereiro de 2018, os repasses dos recursos dar-se-ão em duas parcelas anuais, devendo o pagamento da primeira parcela ser efetivado até 30 de abril e o da segunda parcela até 30 de setembro de cada exercício às Unidades Executoras que cumprirem as exigências de atualização cadastral até a data de efetivação dos pagamentos (MEC, 2019).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: Creches: R\$ 1,07; Pré-escola: R\$ 0,53; Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64; Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36; Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32; Ensino integral: R\$ 1,07; Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00; Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno: R\$ 0,53 (MEC, 2019).

O repasse do PNAE é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (MEC, 2019).

Os Programas do Livro compreendem as ações de dois programas: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), por meio dos quais o governo federal provê as escolas de educação básica pública com obras didáticas, pedagógicas e literárias, bem como com outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita. As ações dos programas de material didático destinam-se aos alunos e professores das escolas de educação básica pública, incluindo estudantes de educação de jovens e adultos (MEC, 2019).

Esses programas são algumas exemplificações que podem ser apresentadas sobre o processo organizacional da escola pública, mediante as políticas educacionais que são elaboradas na perspectiva de oferta a educação básica para todos. Esses programas, em

algumas realidades, são vistos como limitados, uma vez que não atendem toda a demanda necessária da realidade escolar. Assim, no próximo tópico apresenta-se a realidade pesquisada em uma escola da rede municipal de São Raimundo Nonato, no estado do Piauí.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola analisada possui 400 (quatrocentos) alunos distribuídos em 14 (quatorze) turmas funcionando nos períodos matutino – 1º ano 5º ano e vespertino – 5º ao 9º ano. A instituição possui um diretor geral, um vice-diretor, um coordenador pedagógico e um corpo docente formado por 16 (dezesesseis) professores.

De acordo com os dados coletados com os participantes da pesquisa, o público atendido na escola é de baixa renda, a maioria recebe o benefício do Programa Bolsa Família, tendo famílias desestruturadas e sem condições de ofertar uma boa educação familiar, além disso são pais que não acompanham a rotina dos filhos na escola, pois apenas vinte por cento comparecem nas reuniões escolares.

Dessa forma, foi observada uma grande demanda na quantidade de alunos que vivem em situações de renda precária, pois muitos fazem parte de famílias com baixo poder aquisitivo, sem condição de fornecer materiais que contribuam na aprendizagem e no acompanhamento desse processo, o que implica em mais uma demanda para a escola, mesmo não possuindo estrutura especializada para atender todos esses alunos de maneira significativa, devido às fragilidades existentes no âmbito da escola pública. Assim, a participação dos pais é importante para contribuir tanto com o aluno (filho), como com o professor a planejar e desenvolver uma educação almejada pelo coletivo, já que a instituição além de receber os estudantes dos bairros mais próximos, ainda recebe os alunos da zona rural do município, gerando assim um desafio para a gestão.

O vice-diretor apresentou que a escola é contemplada com os programas dos transportes escolares e também de programas, como Novo Mais Educação e Mais Alfabetização. Segundo o profissional, esses programas apresentam fragilidades, visto que não funcionam por questões de estrutura da escola e falta de dinheiro para pagar os monitores. Logo, a quantia fornecida não supriu os gastos do programa, por essa razão, não restou dinheiro para compra de materiais. Além disso, os programas que são desenvolvidos não trabalham com conteúdos que possam contribuir para a aprendizagem dos estudantes.

Nesse sentido, a escola apresenta dificuldades quanto à utilização de programas do governo federal, pois não possui recursos financeiros suficientes para a manutenção técnica e para o acompanhamento de profissionais para auxiliar os alunos. Ainda se observou uma

desmotivação dos professores a respeito da utilização dos programas, justamente porque os conteúdos trabalhados pelos programas são diferentes dos abordados pelos docentes em sala de aula.

Na mesma perspectiva, a diretora defendeu que o sistema público não atende as necessidades da escola, e visa apenas dados estatísticos. Segundo ela, a escola recebe pouco financiamento para a execução de suas propostas educacionais o que deixa a estrutura escolar precária, além disso, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da escola está em situação crítica, o que deixa os profissionais desmotivados para a realização das atividades, enquanto a secretaria municipal de educação cobra avanços no resultado da política.

Desse modo, entende-se que o sistema público não está sendo capaz de fornecer subsídios financeiros, materiais e humanos para a manutenção escolar, ficando prejudicado o funcionamento da instituição, além de colocar em risco a aprendizagem dos alunos. Entende-se que, o baixo índice do IDEB é em grande parte motivado por falta de financiamento educacional da rede municipal, pois não oferta espaços adequados e materiais pedagógicos de boa qualidade. Dessa forma, fica inviável a escola fornecer o ensino que possa atender as necessidades dos estudantes com a finalidade de alcançar as metas projetadas pelo Ministério da Educação.

De acordo com o vice-diretor, a escola recebeu uma quantia para a compra de ventiladores, mas o dinheiro deu apenas para a compra dos aparelhos de ventilação, e não restou nada para a compra das instalações necessárias. Por esse motivo, não foi possível instalar nenhum ventilador, e todos estão estocados na diretoria, sem nenhuma previsão de funcionamento.

É notório que o processo de fornecimento das verbas à escola acontece de forma escassa e essas são insuficientes para suprir as necessidades da instituição, devido à quantidade de alunos no espaço escolar. Nesse contexto, os docentes e discentes trabalham e estudam em situações precárias de ensino, e permanecem aguardando uma solução que precisa surgir, primeiramente, da gestão municipal, porém, nessa perspectiva, observa-se poucas ações para mudar esse quadro.

Sobre a concepção dos docentes da escola, dos desafios vivenciados e da organização pedagógica, a professora A mencionou que possui vinte anos de magistério, com área de formação em matemática e carga horária de quarenta horas/aula. A professora leciona Matemática e Geografia e se considera uma professora polivalente. De acordo com a docente, existem programas do governo que atuam na escola, como Programa Dinheiro Direto na

Escola (PDDE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), uma vez que é através deles que os recursos chegam para apoio escolar, mas ressalta que os programas têm suas limitações, apresentando insuficiência para a garantia da educação de qualidade, especialmente o PDDE.

Da mesma forma, a professora B destacou que possui quinze anos de magistério, com formação acadêmica na área de Letras Inglês, com carga horária vinte horas/aulas e atuação em Inglês e Geografia. De acordo com a professora, a escola não possui biblioteca, a internet utilizada não atende as necessidades, pois é insuficiente para trabalhar com os alunos, já que suporta somente a demanda da gestão e dos professores. De modo geral, a docente critica que a política vivenciada pelo sistema escolar, em que não podem existir reprovações de forma alguma, o que causa uma angústia e desmotivação na profissional, pois sabe que está aprovando alunos que não têm nenhuma capacidade de avançar.

As questões apontadas pelas professoras são corriqueiras em quase todas as escolas públicas, especialmente por conta da falta de investimentos nos programas do governo, uma vez que se caracteriza como uma prática de política pública sem compromisso, a qual não fornece apoio necessário para manutenção dos recursos pedagógicos bem como, para suprir as carências e demandas dos estudantes com maiores dificuldades de aprendizagem. Além disso, foi evidenciada a precarização estrutural da escola, o que torna o ensino frágil, já que não utiliza de instrumentos e materiais qualificados para contribuir na construção e no desenvolvimento do conhecimento dos alunos. Ainda foi destacado que o professor não possui autonomia para reprovar os alunos que não alcançarem a pontuação mínima, descaracterizando o papel do professor no processo de avaliação dos discentes no cenário escolar.

Outro desafio que as professoras revelaram foi acerca da superlotação das turmas, de tal forma que elas possuem mais de trinta alunos. Segundo a professora A, sua sala contém trinta alunos, e dois desses estudantes possuem deficiências, situação que requer um olhar especial para que compreendam os conteúdos. De acordo com a docente B, existem dois responsáveis para auxílio dessas crianças, mas mesmo assim ainda possui muita dificuldade de lidar com elas, devido os alunos especiais não interagirem com os demais, consequentemente eles acabam sendo excluídos pela restante da turma. A professora ainda destacou que não tem como trabalhar com esses alunos especiais, pois não possui preparação e experiência para essa situação, além disso, a própria escola não tem estrutura suficiente para receber e atender as necessidades desses estudantes.

Foi destacado ainda que a indisciplina dos alunos e a falta da família causam desânimo, pois não contribuem e nem incentivam os alunos a fazer as atividades escolares. A professora destacou que as vantagens de ser professor é o reconhecimento de alguns alunos e a satisfação quando se percebem avanços. Diante disso, percebe-se que os professores esperam um desempenho significativo de seus alunos, mas muitos deles andam desmotivados porque já trazem problemas familiares de casa para a sala de aula.

A indisciplina dos alunos também é um dos maiores problemas em sala de aula, não apenas na realidade pesquisada, mas é forte e constante em todo o país. A falta de entusiasmo dos alunos dentro da sala de aula causa indisciplina, como também a falta de recursos tecnológicos, e a presença da família é relevante na escola para o desenvolvimento da relação escola-família e para a construção coletiva de alternativas para a melhoria da escola pública. No entanto, mesmo diante das dificuldades, observa-se que as professoras lutam para contornar essas dificuldades, como apontaram que o reconhecimento e a aprendizagem dos alunos trazem satisfação e proporcionam uma motivação maior no desenvolvimento das propostas educacionais.

Para finalizar a professora A apresentou que ser professor na atualidade é ser explorado no ponto de vista social, que a falta da atenção familiar é desmotivante e, além disso, a realidade causa frustração, deixando o processo tenso e nebuloso. Os professores da atualidade trabalham acima da quantidade de horas/aula, esta é umas das profissões que além de muito trabalho na escola, leva atividades para casa e ainda passam por grandes dificuldades dentro da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas possibilitam a compreensão dos embates cotidianos que são travados no âmbito da escola pública para o processo de organização dos tempos e dos espaços educativos, uma vez que demandam recursos financeiros, materiais e humanos, sendo necessária a existência de políticas públicas que se efetivem no “chão” da escola para que essa possa cumprir a sua função social e se comprometa com o desenvolvimento educacional, político, social e cultural dos estudantes.

A partir dos dados coletados, foi possível perceber que o processo de organização da escola pública é complexo e envolve ações gerenciais que estão além dos profissionais que fazem parte das instituições, bem como as condições políticas para o gerenciamento da escola pública são limitadas. A organização escolar deve ser vivenciada por todos em um processo

de planejamento coletivo, tendo primeiramente políticas da gestão municipal, com a finalidade de ofertar um ensino de boa qualidade na educação pública.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CURY, C.R.J. A educação básica como direito. **Caderno de pesquisa**. v. 38, n.134, p.293-303 maio/ago., 2008.

DOURADO, Luiz Fernando; OLIVEIRA, João Ferreira, A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Caderno cedes**, Campinas, v. 29, n.78, p. 201-215, maio/ago., 2009.

GADOTTI, C.S, **A escola e o professor**: Paulo Freire e a paixão de ensinar. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

LIMA, M.; PACHECO, Z.S.T.A. As Políticas públicas e o direito á Educação: Programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego versus plano nacional de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.489-504, abr.-jun., 2017.

MEC. **FNDE 50 anos**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/>>, acesso em 20 de maio de 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SILVA, Givanildo da. **O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como mecanismo de descentralização financeira, participação e autonomia na gestão escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015. 136 f.